

O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA INCLUSÃO DO DEFICIENTE FÍSICO

Laysa Faria da Rocha¹

Francisco José Fornari Sousa²

RESUMO

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. As barreiras existentes na inclusão do deficiente físico nas aulas de Educação física restringem a expectativas de todo o ser humano, que é a de fazer parte de seu meio interagindo e integrando-se com os mesmos, quando desvinculado com o meio educacional, restringe o individuo de sua própria identificação como sujeito excluído do grupo. O presente artigo é uma pesquisa sobre a atuação do profissional de Educação Física na inclusão do Deficiente Físico na rede escolar. Buscou-se na bibliografia da área conhecer alguns aspectos relacionados ao tema, o estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa e quantitativa com professores da rede de ensino municipal de Lages/SC. Os resultados evidenciaram como aspecto determinante para inclusão a falta de conhecimento sobre Deficiência Física e o interesse dos professores, fatores esses imprescindíveis para uma prática compatível com o exercício da função.

Palavras-chave: Deficiência Física. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

¹ Acadêmico do curso de Educação Física do Centro Universitário FACVEST

² Professor da disciplina de TCC do Centro Universitário FACVEST

Physical education in school constitutes a large area of adjustment to allow the participation of children and young people in physical activities appropriate to their means, providing that they are valued and are integrated in the same world. Barriers in the inclusion of the handicapped in physical education classes restrict the expectations of every human being, which is to be part of their environment interacting and integrating with them, when unconnected with the educational, restricts the individual of his own identity as a subject excluded from the group. This article is a survey on the role of physical education professional inclusion of disabled people in the school network. Sought in the bibliography in the field know some aspects related to the study was a qualitative and quantitative research with teachers of the school city of Lages / SC. The results show how crucial aspect of the lack of knowledge on Disability and the interest of teachers, are essential factors for inclusive practice compatible with the exercise of the function

Key words: Disability. School Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto a considerar e a respeitar diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre a si mesmo e sobre cada um dos outros. Refletir é necessário, abre-se o horizonte na busca de soluções para o problema enfrentado, romper a ordem estabelecida só será concretizado nas ações de refletir e participar.

No contexto histórico o termo deficiência sempre esteve atrelado à idéia de incapacidade e restrição como mostra DIEHL (1989). Constantemente presenciam-se cenas de descaso, marginalização e discriminação de crianças deficientes.

Segundo BRASIL (1997):

[...]Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceitos, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (BRASIL, 1997, p.40)

DARIDO (2003) comenta que, apesar de todas as mudanças vivenciadas nas últimas décadas, de um discurso que supervaloriza a Educação, encontramos um cenário sombrio nas

escolas nos dias de hoje, principalmente porque permanece distante, não influenciando a prática pedagógica do professor.

O fato é que muitos profissionais ainda privam jovens com deficiência da oportunidade de vivenciar experiências motoras, o que fatalmente trará conseqüências por vezes irreparáveis. Essa privação começa já na educação física escolar, no qual o aluno com deficiência física, embora tenham acesso garantido, são simplesmente excluídos das aulas ou direcionados a atividades paralelas.

A limitação existe, mas parte dela é mais psicológica do que motora. Ter o deficiente como inútil não passa de um preconceito. O incentivo e a determinação exigem e devolvem ao deficiente significa a aquisição de uma gana de viver e se superar. (GORGATTI; COSTA, 2005.)

Diagnosticou-se diante desse panorama, da possibilidade em que a criança não é estimulada a interagir e conseqüentemente beneficiar-se das inúmeras vantagens advindas da prática, a necessidade de implantar um estudo que análise a situação e o comprometimento por meio desses profissionais na inclusão do deficiente físico (DF.) na rede de ensino municipal de Lages/SC.

2 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO

O compromisso da Educação incita as transformações quando busca atender as necessidades do educando, e a Educação Física possibilita um caminho para que ela atinja esse objetivo através de suas atividades específicas.

[...] A Educação Física Escolar deve objetivar o desenvolvimento global do aluno, procurando formá-lo como indivíduo participante; deve visar à integração desse aluno como ser independente criativo e capaz, ou seja, uma pessoa verdadeiramente crítica e consciente adequada à sociedade em que vive; esse objetivo deve ser atingido através de um trabalho consciente do educador, que precisa ter uma visão aberta às mudanças necessárias do educando. (NISTA-PICCOLO, 1995, p.12)

Visando as aulas de Educação física como meio de integração o aluno tem a oportunidade de se integrar socialmente, desenvolve seu domínio cognitivo, motor e afetivo social, podendo assim, criar, experimentar, tomar decisões, avaliar e se relacionar.

Imagine uma pessoa com deficiência física, que desde o nascimento já é considerada pela família, muitas vezes incapacitada. Esta a isola ou a cerca de cuidados extremos, não permitindo ou evitando sua participação em atividades que poderiam fazê-la desenvolver uma cultura ativa. O Professor escolar tem a possibilidade de abrir uma gama de desenvolvimento para o aluno DF.

Segundo DIEHL (2006) portadores de deficiência são aqueles com comprometimento visual, auditivo, mental, físico e múltiplo que necessitam de metodologias de ensino específico, com recursos e materiais adequados. Para superar as dificuldades, é necessário remover barreiras, essas dificuldades podem ser de origem no convívio sócio-familiar, em práticas metodológicas didáticas inadequadas, entre outras.

Segundo ROSADAS (1989, p.285) “[...] A integração das pessoas com deficiências insere-se num conjunto de processos, pois não só os indivíduos sofrem, no corpo e na mente, as deficiências que os atingem, mas o preconceito e o desconhecimento ferem a cidadania, afetam a organização da sociedade”.

Podemos observar que por muitas vezes, a única oportunidade para sua inserção se dá por meio da atuação dos professores, e com isso mostramos a relevância de traçarmos essas oportunidades para o acesso nas aulas de Educação física.

Levantar a questão do papel do profissional de educação física na área da inclusão é uma tarefa de grande importância, sendo que sua atuação será positiva para a educação física escolar quando o professor estiver consciente de suas atitudes e de suas finalidades.

Olhar para as pessoas que apresentem diferentes e peculiares condições para a prática das atividades e perceber, não a limitação, mas suas capacidades, possibilidades e potencialidades contribuem para um efetivo processo a fim de assegurar que deficientes físicos podem participar de qualquer atividade esportiva, bastando para isto algumas adequações quanto ao material e as regras existentes. (GORGATTI; COSTA, 2005.)

Os apoios especializados para a boa prática docente incluem a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, procedimentos e instrumentos para o apoio na inclusão. Nesse sentido, é muito importante que os professores não encarem essas estratégias como exclusividade dos alunos com deficiência física, mas também como medida de mudança no contexto escolar e social para que o processo de inclusão possa acontecer de fato.

A lei n 9395/96, identificada como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que a educação seja direito de todos e dever da família e o estado, que deve oferecê-la sob a forma de ensino sistematizado, norteada por princípios básicos, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a inclusão. (LDB, 2006)

O Sistema educacional brasileiro preconiza uma educação para todos, que acolha todas as pessoas, independente de suas diferenças. A educação inclusiva conduz a necessidade de se saber respeitar e conviver com as diferenças, buscando estratégias que viabilizem atuar para diversidade.

De acordo com MARIA FÁTIMA; FONSECA, (2005) Disponível em: http://www.ibr.gov.br/media/common/LED_Artigo_01.pdf. Acessado em: 20 de Novembro de

2011.

[...] a Inclusão da educação especial no sistema regular de ensino é a diretriz principal das políticas públicas educacionais, e a formação de professores é, sem dúvida, o aspecto determinante para a efetivação dessa política. Inúmeros estudos têm demonstrado que a principal barreira da inclusão é o despreparo para lidar com pessoas com déficits cognitivos, psicomotores e sensoriais na complexidade cotidiana de uma classe regular.

Vemos, portanto, a fundamental importância de conhecer a deficiência em todo o seu contexto, o profissional na maioria das vezes não se sente preparado para essa atuação, o que não significa que ele deverá deixar de lado a inclusão, dificuldades existem havendo possíveis barreiras, a persistência é a palavra que diferencia esse processo para uma boa atuação.

Segundo DIEHL (2006, p.92): “[...] pessoas com deficiência podem apresentar algum tipo de comprometimento para a realização dos padrões motores esperados, restringem nos níveis de amplitude e localização dos movimentos no indivíduo”.

Trazer adaptações nas práticas, tomar segurança de como será inserida a atividade, precauções quanto à segurança e a estabilidade emocional destes deficientes para que tenham a calma e o equilíbrio necessário traz extrema relevância na inclusão com sucesso. (ROSADAS, 1989)

[...]É fundamental, analisar que tipo de necessidade especial esse aluno tem, pois existe diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos para que esses alunos possam frequentar as aulas de Educação física é necessário em alguns casos, a supervisão de um especialista pois suas restrições podem implicar riscos graves. (BRASIL, 1997, p.40)

Garantida condições de segurança a atuação profissional inclusiva buscando o conhecimento da deficiência e do aluno como um todo possibilitará mais alternativas para mudar a forma de ver e interagir de crianças e jovens com deficiência, oportunizando um estilo de vida mais participativo. Com a educação física apropriada aos deficientes, poderíamos mostrar à sociedade que todo cidadão, deficiente ou não, é capaz de viver com suas deficiências.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A coleta de dados para a pesquisa será na forma de entrevistas, qualitativa e quantitativa, em que a finalidade é refletirmos na análise da atuação do profissional de Educação Física na inclusão do deficiente físico na rede escolar municipal da cidade de Lages/SC no ano de 2011.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário de 8 questões, com perguntas fechadas e abertas.

3.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na tabela 1, em relação ao nível de formação dos entrevistados, todos (n=20, 100%) são graduados em Educação Física (n=09, 40%) e Pós-graduados (n=7, 35%) vemos que a grande maioria tem um bom nível de formação, uma formação superior proporciona qualidade de ensino, conclui-se que o nível está significativamente positivo, sendo também que a estatística da opção, Cursando Ed. Física (n=4, 20%) também se mostra preocupante, conforme parágrafo abaixo:

Com a regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) Artigo 62, a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Vemos que (n=4, 20%) já apresenta fatores que mostram a necessidade de uma prática supervisionada por órgão compatíveis que regulamentem suas Leis, não é só uma questão de legislação, mas do que pode trazer benefícios como um todo na preparação da docência.

Tabela 1. Nível de formação dos professores?

	f	%
Cursando Ed. Física	4	20%
Curso Superior	9	45%
Pós Graduado	7	35%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

Quanto ao tempo de atuação (tabela 2), de 1 a 3 anos (n=8, 40%) estão em início de carreira, trazendo o gráfico anterior, a opção cursando (n=4, 20%), este processo de docência não atingiu maturação significativa, bem como 4 a 6 anos (n=6, 30%) mostra que a maioria 70% está na atuação até 6 anos, sendo que o processo de inclusão requer por maioria o conhecimento especializado, muitos se deparam nesse período como a primeira experiência no processo de inclusão.

As demais categorias totalizando com 30% do quadro de profissionais na faixa etária de 7 a 35 anos de atuação escolar representam a minoria, sendo que muitos teriam a possibilidade de uma melhor qualificação, tendo em vista as dificuldades também explícitas nesse processo.

Tabela 2. Qual seu tempo de atuação?

	f	%
1 a 3 anos	8	40%
4 a 6 anos	6	30%
7 a 10 anos	2	10%
10 a 20 anos	2	10%
20 a 35 anos	2	10%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

A tabela 3 referente à docência com a participação do aluno Deficiente Físico, observamos que a grande maioria (n=15, 75%) assinalou que sim, mostrando outro fator para a preparação necessária de otimizar o processo de ensino em co-relação à demanda vivenciada na Deficiência física.

Caberá com essa atuação inclusiva, trazer mais vivências e possibilidades de aprofundar o conhecimento já adquirido, partindo deste, para novas aberturas de paradigmas. Para a minoria (n=5, 25%) a proposta é de estar preparado para o surgimento dessa possibilidade, nesta que mostra que saltos antecipados promovem a facilidade no processo.

Tabela 3. Você trabalha/trabalhou com o aluno DF na Educação Física escolar?

	f	%
Sim	15	75%
Não	5	25%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

A atuação do professor demonstra conforme a tabela 4 (n=10, 50%) que a metade não se sente preparado para inclusão e mostram dificuldades no processo, sendo que por muitas vezes na atuação se deparam com números significativos de alunos, esta realidade denuncia a falta de preparo e qualificação mediante as necessidades escolares.

Estar preparado entre em muitos pressupostos, no qual evidencio na tabela 4. A minha falta de alternativa com meios termos. No propósito que paradigmas na inclusão são comuns, mas o que não deve ser comum é a incapacidade do profissional como agente transformador de buscar alternativas para com a necessidade do público alvo na idéia de que a educação é direito de todos.

Tabela 4. Você se sente preparado para a inclusão de pessoas com DF?

	f	%
Sim	10	50%
Não	10	50%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

Na tabela 5. Os aspectos como falta de estrutura física e falta de recursos materiais aparecem como principal agente de obstáculo da inclusão, apresentando os dois com (n=11, 27,5%), ou seja, totalizando 55%, aspectos pedagógicos e metodológicos com (n=5, 12,5%), e finalizando a integração da escola e participação da família cada um deles com (n=4, 10%).

Tabela 5. Assinale duas principais dificuldade/obstáculo na inclusão dos alunos DF? (assinale 2)

	f	%
Pedagógicos	5	12,5%
Metodológicos	5	12,5%
Falta de estrutura física	11	27,5%
Falta de recursos materiais	11	27,5%
Integração da escola	4	10%
Participação da família	4	10%
Outros	0	%
Total	40	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

Na Tabela 6. Sobre os recursos necessários para atender as peculiaridades de educação inclusiva, as estatísticas mostram que em primeiro lugar existe a necessidade de conhecer a deficiência física, com (n=7, 35%), em segundo o interesse do professor (n=4, 20%), fatores psicológicos (n=3, 15%), acessibilidade (n=2, 10%), cooperatividade com (n=1, 5%) e outros (n=2, 10%).

Podemos verificar que surge como fator primordial um sistema de apoio para lidar com as necessidades especiais não somente do aluno, mas também do professor, podemos identificar que existe a falta de conhecimento e principalmente de informações, que deveram ser repassadas ou diagnosticadas referentes às particularidades da Deficiência Física.

Conseqüentemente vem no mesmo raciocínio o interesse pela busca de embasamento para tal prática, que com essa pode ser rompido qualquer obstáculos nas dificuldades da educação, buscar motivações, ter percepção que sua atividade profissional é primordial para que outros tenham o direito de um ensino digno e com comprometimento.

Fatores psicológicos do aluno (n=3, 15) afetam e mostra fundamental preocupação na integração com os demais alunos, hoje em dia estar num processo de ensino já é estar aberto a situações estressantes, imagina para um Deficiente físico que por muitas vezes sofre de comparações, brincadeiras e dúvidas sobre suas capacidades. Sem mencionar as práticas reais de bullying, está é uma questão que o profissional deverá estar atento para interferências.

Acessibilidade (n=2, 10%), cooperatividade (n=1, 5%) e outros com (n=2, 10%) seguem finalizando as dificuldades no processo.

Tabela 6. Quais são os recursos necessários para atender as peculiaridades do DF nas aulas de Educação Física?

	f	%
Materiais	-	0%
Adaptações de regras	1	5%
Acessibilidade	2	10%
Cooperatividade	1	5%
Fatores psicológicos (aluno)	3	15%
Conhecimento da Def. Física	7	35%
Interesse do professor	4	20%
Outros	2	10%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

Na tabela 7, podemos observar que os três conteúdos mais abordados ficam entre, jogos adaptados (n=8, 40%), jogos cooperativos (n=5, 25%), esportes vêm em seguida (n=4, 25%), jogos de mesa (n=2, 10%) e dança/atividades rítmicas (n=1,5%).

Percebemos que a prática deve oferecer diferentes para sustentar a sua ação docente. Alguns desses saberes foram incorporados no período de formação, entretanto, outros vão sendo construídos ao longo do tempo através de suas interações. Identificamos ainda que os conteúdos utilizados nas aulas de Educação Física na perspectiva da inclusão, são conteúdos, na maioria relacionada com jogos adaptados (n=8, 40%) e cooperação (n=5, 25%), contudo também se vê a necessidade de ser enfatizados conteúdos que vão além dos que constam no planejamento de Educação Física. Desse modo, os professores demonstraram refletir sobre suas ações docentes e revelaram ter consciência, facilitando com isso a prática diversificada e rica de aprendizado.

[...]criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos DF, propondo alternativas para sua inclusão. Uma criança na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo emoções de uma corrida. Num jogo

de futebol, a criança que não deve fazer muito esforço físico pode ficar um tempo no gol, fazer o papel de técnico, de árbitro ou mesmo torcer. A aula não precisa se estruturar em função desses alunos, mas o professor pode ser flexível, fazendo as adequações necessárias. (BRASIL, 1997, p.40)

Tabela 7. Quais conteúdos você utiliza/utilizaria nas aulas de Ed. Física para inclusão do DF?

	f	%
Esportes	5	20%
Jogos de mesa	2	5%
Jogos cooperativos	4	25%
Jogos adaptados	8	40%
Dança e atividades rítmicas	1	5%
Lutas	0	5%
Apenas conteúdos teóricos	0	%
Outros	0	%
Total	20	100%

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora com base nos resultados obtidos.

Análise da questão 8 (n=18, 90%) a grande maioria transmitiu sua opinião sobre o processo de relevância do professor na inclusão. Verificaram-se, tópicos sobre a responsabilidade do professor na educação física; a importância do aperfeiçoamento profissional; preocupações para com que as aulas não fiquem direcionadas somente para o Deficiente Físico; as barreiras enfrentadas pela inclusão, a falta de apoio com matérias/suporte pelas instituições em geral, (governo, leis, escolas); e também a transformação da sociedade pelo processo escolar.

Verificou-se outros fatores, a relação benéfica da inclusão como agente que oportuniza valores, lembrando respeito, superação, força de vontade, direitos, deveres, igualdade, trazido em um contexto geral. (não só na Educação Física)

A grande diversidade descritiva proporcionou um vasto material, sendo que o grande agente transformador para evolução desse processo é a interação na busca de conhecimento. Vemos que apesar da falta em alguns pontos, não interferiu na identificação do profissional mediante suas responsabilidades.

Tabela 8. O profissional da Educação Física tem relevância na inclusão do DF? Comente.

	f	%
Sim	18	90%
Não	0	0%
Nulo	2	10%
Total	20	100%

4. ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS E CONCLUSÕES

Contudo, esta relação entre o Profissional de Educação Física, portadores de deficiência física e inclusão social leva com que principalmente que a educação observe e aja sobre todas as desigualdades existentes, levando em consideração toda a superação desses portadores.

Concluimos que apenas oportunizar a prática das aulas de Educação física, não garantirá automaticamente a inclusão, o respeito às diferenças poderá gerar fontes de análises interessantes e complexas por parte de todos os presentes, criando momentos propícios para discussões sobre como lidamos com a diversidade que os cerca.

Verificou-se que a grande maioria sente dificuldade em diagnosticar as possibilidades e impossibilidades do deficiente físico, sabe-se que não é uma tarefa fácil e que deve haver mesmo tal preocupação, sendo que para a interferência seja positivo, o profissional deverá buscar auxílio especializado junto com os envolvidos nesse processo.

Oportunizar sem exceção é garantir a participação de todos os alunos, buscarem efetivamente a utilização de técnicas e procedimentos compatíveis as necessidades educativas especiais, é oportunizar o acesso ao ensino e ao exercício da cidadania. O papel do professor é de mostrar para o deficiente físico e para a sociedade, que todos são iguais, trazendo não só o contexto de educação motora e qualidade de vida, mas também seu contexto de desenvolvimento global. Pois tem muito a contribuir se olhar não somente a deficiência e sim as capacidades e condições que os mesmos possuem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.395/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL, Secretária de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com**

Deficiência. São Paulo: Phorte, 2006.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola:** questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada organizadores:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2005.

MARIA FÁTIMA, Azeredo Melca; FONSECA, Gerson Ferreira. **Um laboratório de Educação a distância para pessoas com necessidades especiais.** Instituto Benjamin Constant (2005). Disponível em: http://www.ibc.gov.br/media/common/LED_Artigo_01.pdf acessado em: 20 de novembro de 2011.

NISTA PÍCCOLO, Vilma L. **Educação física escolar:** ser... ou não ter? 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

RODRIGUES, Renato; GONÇALVES, José Correa. **Procedimento de metodologia científica.** 5. ed. Lages, SC: PAPERVEST, 2007.

ROSADAS, S.C. **Atividade Física e jogos para o deficiente:** eu posso, vocês duvidam? Rio de Janeiro: Atheneu, 1989.